

FONTE : do São PauloCLASS. : 779DATA : 8 a 15 | 12 | 88PG. : 7

Índios

Continua genocídio yanomami

O missionário Carlo Zacquini, da Congregação Consolata, membro da Comissão pela Criação do Parque Yanomami e que vive em Roraima há 24 anos, dos quais 14 em trabalhos ligados diretamente aos índios, advertiu os diversos setores da sociedade brasileira, "interessados no assunto" para

"a continuidade do genocídio que vem sendo praticado contra os índios".

Completo: "Fui expulso da área Yanomami sob a alegação de que estava correndo perigo, imagine só... a situação na área é extremamente delicada e o perigo cresce, pois os índios es-

tão inteiramente abandonados..."

Prêmio

Sobre a nomeação do ex-presidente da Funai, Romero Jucá Filho, para o governo de Roraima, Carlo Zacquini sorriu e comentou: "A nomeação acabou se constituindo em um "prêmio" à sua atuação nos as-

suntos indígenas, em particular no que se refere aos Yanomami. As ações negativas da Funai acabaram sendo apresentadas como feitos mirabolantes pelo governo Sarney".

Denunciou, mais adiante, que até mesmo funcionários da Funai, indignados com o tratamento dado pelo órgão federal

aos índios Yanomami, estão sendo afastados da área "a fim de não ser revelado o genocídio lá praticado. Os jornalistas, por exemplo, não podem entrar. Não poderíamos esperar mais de um governo como o do Sarney, o maior grileiro de terras indígenas deste século", disse Zacquini.

Tribunal Ticuna condena ministro, Funai e Sarney.

Por sete votos a zero, a Fundação Nacional do Índio (Funai), através de seu então presidente, Romero Jucá Filho, o ministro do Interior, João Alves, e o presidente José Sarney, foram condenados como responsáveis diretos ou indiretos pela morte de 14 índios Ticuna, ocorridas a 28 de março deste ano no local denominado Boca do Capacete, município de Benjamin Constant, Amazonas.

O julgamento encerrou o curso de direito indigenista realizado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco durante uma semana. O "massacre dos Ticuna", como ficou nacionalmente conhecido, teve como mandante o madeirense Oscar Castello Branco. Além de 14 índios mortos, outros 23 ficaram feridos "em um dos mais bárbaros crimes da história deste país", conforme definiu o advogado Carlos Frederico Marés, que atuou como promotor.

Consciência Nacional

O advogado de defesa, Her-

man Assis Baeta, não tentou inocentar os envolvidos, mas sim atenuar a pena, argumentando que "a consciência nacional é contrária aos índios", frisando que as autoridades acusadas de omissão nada mais fizeram que "manter o que podemos ver em toda a Nação".

Como testemunhas estavam um representante da OAB, o deputado federal Fábio Feldmann, Carolina Bori, presidente da SBPC, Antonio Augusto Arantes, presidente da Associação Brasileira de Antropologia, o bispo dom Décio Pereira, representando a CNBB, o escritor Márcio Souza e o jornalista Fernando Gabeira. O jurista Fábio Konder Comparato atuou como presidente do júri.

Na exposição da promotoria, o advogado Carlos Frederico Marés acusou "a inoperância da Funai", lembrando mais adiante que "o massacre não ocorreu em um dia qualquer. Pelo contrário: a polícia sabia da intenção dos capangas do madeirense, e nada fez".

Índia Guarani acusa governo de omissão

A índia Marta Silva Vito, conhecida como Marta Guarani, 46 anos, acusou a Funai de omissão em relação à expulsão dos índios Guarani e Kaiowa de suas terras no Mato Grosso do Sul, indo trabalhar em fazendas próximas, "sem qualquer noção de direitos trabalhistas. São barbaramente explorados, e abandonam a fazenda na primeira vez em que são repreendidos, deixando para trás o que tinham a receber".

Marta Guarani é sobrinha do cacique Marçal Tupã, que tornou-se conhecido por ter falado ao Papa João Paulo II, em Manaus, quando de sua visita ao Brasil, em 1980. Marçal foi assassinado pouco depois, no Mato Grosso do Sul.

Periferia

Há três anos, foi criada, em Campo Grande, a Associação Kaguatca Marçal Tupã, a fim de acompanhar os índios que saem de suas tribos e vão para as cidades, trabalhando em subempregos. São denominados

desaldeados. "Hoje, em Campo Grande, temos cadastrados cerca de quatro mil índios nessas condições. São os Terena, que moram próximos à cidade. Os Guarani e os Kaiowa moram em terras mais distantes. De lá, dirigem-se para as fazendas vizinhas, onde acabam cortando cana, morando em barracos imundos, sendo seguidamente maltratados pelos fazendeiros e seus jagunços", frisou Marta.

A associação Kaguatca (o nome é uma composição das iniciais de todas as tribos do MS) está intensificando esse levantamento, a fim de ter um quadro amplo e detalhado das "precárias condições em que vivem os desaldeados", conforme Marta. Acrescentando: "A Funai nunca tomou providências, não mexe uma palha sequer".

Outras informações sobre o trabalho podem ser dirigidas diretamente à associação, à rua Vasconcelos Fernandes, 703, Bairro Amambai. CEP 79025, Campo Grande, MS.

Cimi defende índio contra posseiro

O advogado Paulo Machado Guimarães, membro da assessoria jurídica do Conselho Indigenista Missionário, disse durante o curso de direito indigenista que a "prática dos advogados que integram a assessoria é não acomodar situações que envolvam invasões das áreas indígenas."

O curso foi realizado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, promovido pela própria faculdade e Comissão Pró-Índio de São Paulo. O advogado foi questionado sobre uma possível "injustiça" praticada contra posseiros, em situação de carência e miséria absolutas, obrigados a abandonar a terra ocupada.

Ele detalhou a ação da assessoria jurídica: "Nossa posição é defender a área indígena contra quem quer que seja. Pode haver uma união de forças entre os índios e os posseiros no geral, nas lutas mais amplas. Mas no específico defendemos sempre a área indígena como intocável".

Reforma agrária

Prosseguindo em sua explicação, o advogado completou: "Nossa luta junto dos posseiros é pela reforma agrária, por exemplo, a fim de que todos tenham acesso à terra. É uma postura defendida publicamente e assim deverá ser mantida".